



Rede Federal em greve!

Contra a PEC 241 (agora 55) e os demais ataques de Temer contra os trabalhadores, a Educação Federal vai parar.

O SINASEFE aprovou na 145ª Plenária Nacional a deflagração da nossa 17ª greve, que começou em 11 de novembro. Com nove eixos de reivindicação, que levantam demandas históricas da categoria

e questionam frontalmente os ataques do governo Temer, o movimento paredista nasce articulado com as ocupações estudantis e buscando unidade com outras categorias em luta. *Leia mais nas páginas 11 a 14*



Conjuntura

DN aborda governo Temer e revolução passiva em análise conjuntural.

Páginas 2 a 6

Mariana

O crime da Samarco contra o Brasil continua impune um ano depois.

Páginas 7 a 10

Informes

Relembre os eventos mais recentes realizados por nosso sindicato.

Página 16



O governo Temer e a revolução passiva

A RODA da história parece voltar atrás. No Brasil vemos a direita organizada novamente em atuação, ameaçando ir às ruas, intimidando ativistas dos movimentos estudantis e sociais. Vemos Donald Trump vencer as eleições nos Estados Unidos contra todas as previsões, madame Le Pen se fortalece na França, a filha de Fugimori no Peru. Enquanto reacionários de todas as nações se congoçam, a perspectiva de fortalecimento de

uma onda conservadora em nível mundial é uma realidade cada vez mais posta. Parece mesmo um pesadelo, como num susto, num interregno de poucas semanas todas as conquistas históricas (que possuem muitos limites, é certo, mas ainda assim conseguidas pelas lutas de gerações) veem-se colocadas sob ameaça por um governo ilegítimo e golpista. Pode ser que não estejamos diante de um momento qualquer, de uma situação transitória de ataques,

mas de algo muito maior, de derrotas históricas contra as quais precisamos nos levantar imediatamente e estarmos também preparados para enfrentar nos próximos anos.

Revolução passiva é um conceito cunhado pelo filósofo italiano Antonio Gramsci para caracterizar uma situação em que as classes dominantes no poder promovem um conjunto de medidas que esboçam uma radical reorganização do estado nacional de acordo com sua lógica e compreensão ideal de mundo. Essas mudanças são de modo geral regressivas e se dão sem consulta ou qualquer tipo de participação popular. Falar em revolução passiva não é falar de reformas parciais que visam a aumentar de maneira quantitativa os ganhos das camadas dominantes, é mais do que isso, constitui uma situação em que o conjunto de transformações propostas esboça um novo tipo de Estado, com

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE.

A gestão 2016-2018 da Direção Nacional do SINASEFE é responsável pelo conteúdo deste informativo. Confira a nominata em nosso site:



Diagramação:
Ronaldo Alves (RP 5103/DRT-DF)

Jornalistas profissionais:

Mário Júnior (MTE-AL 1374) | **Monalisa Resende** (MTE-DF 8938)

Ilustrações:

Ascom SINASEFE e Flávia Destri

Fotos:

Ascom SINASEFE e Terra Sem Males

Contatos:

(61) 2192-4050

imprensa@sinasefe.org.br

mudanças qualitativas na relação deste com o conjunto da sociedade, uma transformação radical no interesse das minorias dominantes. É exatamente essa a situação que estamos vivendo hoje sob o governo Temer. O conjunto de projetos de lei e emendas constitucionais colocados hoje no Congresso não constituem ataques pontuais, mas uma profunda reestruturação do Estado, que pode chegar a todos os aspectos de nossa existência cotidiana.

Não é objetivo deste texto refletir sobre o conteúdo das medidas que estão em discussão. Apenas para efeito de exemplificação, a famigerada PEC 241 (agora 55) pode reduzir para menos de um terço os investimentos do país nos serviços primários durante as próximas duas décadas. Notem que estamos falando de um tempo de média duração, mas os efeitos dessa medida não se farão sentir de imediato. No caso do funcionalismo público, por exemplo, os minguados reajustes de agosto foram pagos e os de janeiro do ano que vem, até o momento estão garantidos. Temos concursos abertos em várias instituições públicas, de modo que para alguns de nossos colegas de trabalho, nossas queixas e alertas podem parecer exageradas. Mas aprovada a PEC, seus efeitos se farão sentir aos poucos, primeiro ficaremos sem reajustes, depois sem concursos, depois sem progressões e só depois sem alguns de nossos direitos garantidos em Leis, como retribuição por titulação, dedicação exclusiva, incentivo à qualificação etc. Podemos contar que conforme esse lento aperto se processar sobre nossos pescoços, nossos governos poderão contar com a prestigiosa ajuda dos meios de comunicação para dizer que isso acontece porque o governo não cortou gastos suficientes e que serão preciso ainda novas reformas.

Mas a PEC não vem isolada, para os servidores municipais e estaduais o PLP 257 (agora PLC 54) vai retirar os mesmos direitos. No âmbito do mercado privado a reforma da CLT e a prevalência do negociado sobre o legislado hão de tirar da classe trabalhadora direitos que até então ninguém conseguiu mexer, como o décimo tercei-

ro, férias, jornada de trabalho, licença maternidade etc.

Já está em pleno vapor, sob a liderança do ex-governador do Rio de Janeiro e notório corrupto Moreira Franco, a liderança do plano nacional de privatizações e concessões. Com o avanço dos efeitos da PEC 241 e na medida em que o Estado se revelar incapaz de manter sua infraestrutura, a tendência mais do que esperada será a concessão lenta, segura e gradual de todas as unidades de interesse do capital à privatização.

A simpatia descarada pelas terceirizações e a breve impossibilidade de efetuar concursos certamente nos levará não de imediato, mas no tempo certo (certo para eles) a uma situação em que no momento em que nossos colegas de trabalho que hoje ignoram seu futuro entrarem em desespero, o farão tarde demais. Provavelmente estaremos numa situação em que nas instituições públicas teremos um setor expressivo de terceirizados, trabalhando mais intensamente que nós e sem direitos. Nesse momento, nossas greves – por mais massivas que sejam – não vão paralisar mais os locais de trabalho que vão funcionar “muito bem, obrigado”, sem a presença dos servidores públicos que “ganham bem, não gostam de trabalhar e só pensam em fazer greve”. A eficiência da terceirização e da lógica do privado, e a habilidade dos meios de comunicação em jogar trabalhadores terceirizados contra os estatutários, poderão derrotar todas as nossas greves com surpreendente facilidade.

A Reforma da Previdência, defendida descaradamente com mentiras e manipulações midiáticas, que insistem no fato de um enorme déficit onde na verdade há um superávit pela via da enganosa informação de que os únicos recursos para esta política social é a contribuição dos segurados e não uma rede de tributos que transcende em muito a ele, é nada menos que a entrega do enorme caixa da previdência ao sistema financeiro, que vai jogar com o patrimônio acumulado por gerações no mercado de capitais, submetê-lo às várias fraudes e negociatas e talvez, no futuro, inviabilizar até mesma a apo-

sentadoria com idade mínima de 65 anos como está sendo proposta hoje na reforma de Temer.

E como se tudo isso não bastasse, no âmbito político, os projetos de lei do “Escola Sem Partido”, a redução maioridade penal, a Reforma do Ensino Médio entre outros, podem transformar os parques avanços em matéria de direitos humanos em letra morta. Lá se irão as cotas raciais e sociais, a obrigatoriedade do ensino de história da África, o estabelecimento de um tipo de educação dual, que reservará um tipo de formação para os oriundos das classes trabalhadoras e outra formação para os filhos das elites dominantes. Do ponto de vista educacional, a Reforma do Ensino Médio, a qual poderão se seguir outras, nega às novas gerações a possibilidade de uma educação que lhes provenham de uma visão totalizante de mundo, holística e omnilateral. Em síntese, corremos o risco de oferecer um tipo de educação parcializante, que convive e estimula processos alienatórios, e podemos ainda entrar numa situação em que educadores serão advertidos, perseguidos e quem sabe até presos se ousarem criticar o estado de coisas que se abaterão sobre suas cabeças.

As lembranças recentes do ano de 2016, com mobilizações de massa capitaneadas pela direita política, manipulações midiáticas, impeachment e por final duras medidas de ajuste podem nos levar a pensar que as explicações para o que estamos vivendo estão nos movimentos políticos parlamentares, no deslocamento de nomes de um lado para outro no cenário político. Pensar no peso das falcatruas e oportunismos de personagens famosos da política, tais como o próprio Temer, Eduardo Cunha, Romero Jucá entre outros. Nada mais falso. O que vivemos hoje é a interseção de dois processos de média duração: a hegemonia crescente do capital financeiro na economia e a crise do esquema de governabilidade do PT.

Falemos primeiro do capital financeiro. Esse setor vem desempenhando um papel crescente na economia há muito tempo. É o setor mais privilegiado pelas chamadas políticas neo-

liberais e que desfruta há décadas de hegemonia social. O capital financeiro é não apenas dominante, é também dirigente, o que significa que mesmo as outras frações das classes dominantes se colocam sob sua liderança. Dizer que o capital financeiro exerce uma função dirigente significa dizer que para manter a coesão das camadas dominantes, concessões são feitas aos grupos subordinados, mas nunca ao ponto de serem colocadas em questão as prerrogativas do grupo dirigente. Durante todo o governo Fernando Henrique, mas também durante todos os governos do PT, os interesses desse grupo mantiveram-se, durante quase todo o tempo, intocáveis.

No começo da década de 1990 a dívida pública, segundo dados da Auditoria Cidadã da Dívida, se contava em bilhões. FHC, Lula e Dilma, pagaram juntos mais 15 trilhões por essa dívida (não houve descontinuidade entre os governos do PSDB e PT neste ponto), e ainda assim, hoje a dívida supera os quatro trilhões. Durante um curto período ao final do primeiro governo Dilma, houve uma curta tentativa de reorientar a economia, através da diminuição de juros pelos bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) forçando pela competição no mercado ao rebaixamento dos juros pelo setor privado. Associada a essa ação, estavam também uma série de medidas de incentivo à industrialização, tais como a renúncia fiscal a vários setores do capital industrial. Esperava-se com isso gerar empregos no setor industrial, aumentar o consumo pela via da facilitação do crédito a juros mais baixos, incentivar a industrialização e movimentar a economia numa espécie de ressuscitar das políticas desenvolvimentistas. Mas tamanha era a hegemonia do capital financeiro que mesmo o capital industrial, diretamente favorecido por essas medidas, fez coro com os banqueiros contra o intervencionismo do governo na economia. Como resultado, a tímida política de estímulo ao capital industrial foi rapidamente abandonada em favor do predomínio total dos interesses dos banqueiros e especuladores.



O projeto de sociedade do capital financeiro implica uma transferência constante e crescente ao setor financeiro da economia, a política de juros altos e a alegada importância da classificação do país nas agências internacionais de classificação de risco como país bom pagador é seu interesse direto. Não por acaso, a PEC 241 significa nada menos que a diminuição brutal nos investimentos primários do Estado Brasileiro supostamente para pagar a dívida pública. Entre os setores primários estão saúde, educação, segurança, justiça, assistência social etc, ou seja, tamanha é a força do capital financeiro, que mesmo os objetivos-fins da existência do Estado são colocados em segundo plano para promover uma transferência até então sem paralelo para os bancos. No exato momento em que a PEC era aprovada ainda no primeiro turno na Câmara, os meios de comunicação burgueses, com a ajuda de seus famosos “especialistas”, já se apressavam em dizer que ela não será suficiente e que outras medidas terão de ser tomadas para diminuir o tamanho do Estado na economia – já falam diretamente em entregar tudo o que for possível para o setor privado.

Mas a PEC 241 não é como um raio saindo de um céu azul sobre nossas cabeças. É um passo grande em direção à apropriação quase total do patrimônio público pelos bancos, mas esse passo só é possível, porque não é o primeiro. Há anos temos convivido com o discurso de que o Estado é grande, ineficiente, gasta mal, que o setor público é incompetente, que os “usineiros são os grandes heróis desse país” etc. A

proposição da PEC é de Temer, mas os argumentos para sua aprovação já vêm sendo construídos há muito tempo. O legado do PT no poder é perverso nesse sentido. Tivemos 13 anos de poder em que houve a oportunidade de ampliar os mecanismos de participação popular, disputado com o capital um projeto alternativo de Estado e sociedade, salvaguardado a previdência e os demais direitos sociais e, no entanto, o que vimos? Em primeiro lugar, a renúncia a um projeto alternativo de economia. O PT já assumiu dizendo que iria manter o legado do PSDB quando Lula, ainda em 2002, leu a famosa “Carta aos Brasileiros”. Seu primeiro presidente do Banco Central foi, não por coincidência, Henrique Meireles. Os investimentos em saúde e educação só aumentaram nominalmente, em termos percentuais foram ainda menores que os da época do PSDB. Programas de políticas sociais compensatórias como o Bolsa Família, por exemplo, nem de longe significaram a inserção social, mas tão somente a manutenção de um patamar de pobreza em que vastos setores passaram a depender da ajuda governamental para não voltar ao estado de miséria extrema. As regiões em que o Bolsa Família predominou são àquelas em que o PT teve seu maior coeficiente eleitoral. A principal polêmica eleitoral entre o PT e o PSDB foi, em todas as eleições desde 2006, se o PSDB iria acabar ou não com esse programa. O acesso ao crédito consignável (que nem de longe tem juros baixinhos) foi o grande responsável, pela via do endividamento, pelo aumento do consumo. Mesmo algumas políticas que pretensamente

estavam direcionadas à inserção social, como o Prouni e o Pronatec, serviram muito mais ao propósito de investir recursos públicos na iniciativa privada que para capacitar alguém para o mercado de trabalho – prova disso é que sequer existem números oficiais sobre o percentual de empregabilidade dos que se formaram no Pronatec.

A expansão da nossa Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica se fez de forma precária, havendo grande expansão de unidades ao sabor da troca de apoio político de prefeituras municipais, mas a maioria sem condições ideais de funcionamento e sem um projeto claro de educação. A expansão da Rede se fez na base do discurso da educação dual, formação para o mercado para a classe trabalhadora, universidade pública para os filhos das classes dominantes. Assim como dual também foi a proposta de Reforma do Ensino Médio da candidata Dilma, em linhas gerais a mesma baixada por Temer via medida provisória. Durante todo esse período o governo do PT se fez mediante a atração de toda a sorte de políticos fisiológicos. O escândalo do Mensalão nada mais é do que o suborno desse tipo de político. Uma grande maioria de dirigentes sindicais ligados ao setor dominante do PT passou a atuar descaradamente como freio das mobilizações. Alguns sindicatos chegaram mesmo a fazer campanha para o Funpresp e defender a necessidade da reforma da previdência, como resultado a classe trabalhadora teve 13 anos de deseducação, o que explica em grande parte as dificuldades em colocar essas categorias em movimento de uma hora para outra depois de tantos anos inertes.

Os setores da esquerda política que atuaram ativamente na construção do PT, durante a década de 1980 insistiram inúmeras vezes para o retorno às raízes, por composições classistas, pela aproximação com os movimentos sociais, pelo enfrentamento contra o capital em todas as suas expressões. Mas foi como rabiscar sobre a água. A prioridade era construir maioria no Congresso, conquistar prefeituras, mais vereadores e deputados. As-

sim se faria a governabilidade, afinal o mundo é capitalista e não faremos agora a revolução. Talvez o cenário que estejamos vivendo hoje seja uma demonstração bem eloquente quanto ao que serviu essa tal de governabilidade. A política de estímulo ao consumo pela via do crédito facilitado finalmente mostrou seus limites. Bastou um cenário de retração econômica internacional para que não fosse mais possível aumentar os salários, e assim não fosse igualmente possível aumentar a margem consignável, nem novos empréstimos, nem consumo. A economia se retraiu e entrou em recessão pelas próprias medidas do governo. A crise econômica foi inevitável e os remédios amargos não são de hoje. Na verdade, não houve uma ríspida mudança de projeto entre Dilma e Temer. O veto que a Dilma fez à auditoria da dívida pública foi mantido com os votos contrários dos deputados do PT. O PLP 257 passou na Câmara dos Deputados com o voto contrário dos mesmos parlamentares. A Reforma do Ensino Médio sofre oposição de todos eles. Mas é muito recente na memória o fato de que a esmagadora maioria da atual oposição a Temer se calou diante de todas essas medidas quando a presidenta era Dilma.

A direita orgânica do capital, representada pelo candidato do PSDB muito mais que pelo PT (que não obstante também recebeu doações generosas do capital financeiro em sua campanha) não aceitou o resultado das eleições de 2016 e começou um movimento de bastidores desde o primeiro dia após as eleições. A massa, que jamais foi educada para pensar em outros termos que não o consumismo vazio, rapidamente mostrou seu descontentamento. Os meios de comunicação, em especial a Rede Globo de Televisão e a Revista Veja, que jamais toleraram no poder um partido que em seu passado remoto teve origem no movimento independente da classe trabalhadora, trabalharam para ampliar essa insatisfação. Manifestações convocadas por grupos declaradamente da direita política (não raro revivendo conceitos da época da Guerra Fria do tipo “comba-

ter o comunismo”) foram prontamente apoiados pelo grosso dos meios de comunicação e tiveram ajuda inédita da mídia escrita, falada e televisiva para encher as manifestações.

Estabeleceu-se no senso comum popular, através de um intenso bombardeio midiático, que as causas da crise estavam relacionadas à corrupção e ao governo “de esquerda do PT”. A impopularidade do governo Dilma alçou às alturas e os aliados outrora essenciais à governabilidade sentiram a oportunidade de exercer eles mesmos o poder que até então tinham dado suporte. Foi um golpe de bastidores, baseado na prática da pequena política e das grandes manipulações. Os argumentos para o impeachment foram, no mínimo, cínicos. Mas serviram para a direita mais reacionária (boa parte dela, no Congresso, eleita em coligação com o PT e com cargos em seu governo) simplesmente jogar para escanteio seu incômodo aliado e passar a governar diretamente. Temos hoje no poder um golpista descarado apoiado por uma maioria de cúmplices dispostos a repassar ao capital em parcela única tudo o que há muito tempo já estava sendo repassado em generosas prestações. E o mais triste de tudo isso é que Temer não faz uma análise da realidade econômica em nada diferente do que se fazia no governo anterior. Apresenta-se como aquele que tem coragem de fazer o que sua antecessora sabia que tinha que fazer, mas não se atrevia por causa de seus compromissos com a “esquerda comunista e corrupta”.

O resultado das eleições municipais em primeiro turno é revelador. O partido mais atacado durante esse ano nos meios de comunicação (o PT) teve uma imensa derrota, diminuiu em todos os estados tanto em prefeitos como em vereadores. Em muitos casos, essa diminuição se deu pela desfiliação de vários políticos que eram lideranças regionais importantes que continuaram participando das eleições (e até as vencendo) concorrendo por outras siglas (serão realmente os pequenos partidos as legendas de aluguel?). Isso demonstra muito bem como grande número

dos então filiados a este partido eram na verdade políticos oportunistas, que se juntaram a ele apenas para navegar em seus momentos de simpatia popular e alçar os cargos políticos. Ao mesmo tempo, houve também o movimento do PT em não lançar candidatos em algumas regiões, e ao invés disso participar de coligações eleitorais com outros partidos (os chamados partidos golpistas) quando avaliaram que era a melhor forma de diminuir os prejuízos. Essa tática demonstra, nada menos, que o PT ainda não mudou a prática que levou Temer à vice-presidência nas eleições de 2014, que embora tenha sido deposto do poder por seus aliados de direita, ainda os procura com vistas a resultados eleitorais favoráveis. E isso significa nada menos que a tendência do PT para as eleições de 2018 é continuar a tentar construir a “frente ampla” com políticos de toda a sorte, a fim de ganhar as eleições e construir a “governabilidade”. Tal insistência nos leva a uma triste conclusão: não há nenhuma garantia de que as atuais medidas de Temer venham a ser revertidas caso o PT volte ao poder pela via das eleições de 2018.

Mas o dado novo destas eleições é outro. Não há dúvida de que entre os que quiseram legitimar as eleições, a direita política e sentimento anti-PT predominou, os números estão aí. Mas nessas eleições, mais do que em qualquer outra, chama atenção o enorme índice de abstenções. As abstenções significam que em praticamente todas as capitais e grandes centros o candidato mais votado em primeiro turno (quando não a soma dos dois candidatos mais votados) perdeu para um incômodo adversário, o Senhor Ninguém. Ninguém foi de longe o candidato mais votado em todo o Brasil. Mais importante que registrar a vitória dos candidatos do DEM, PSDB e PMDB, devemos enfatizar que o sentimento de rejeição a todos da política tradicional predominou. Há uma larga proporção da população descrente e insatisfeita com o cenário posto. Os índices de popularidade de Temer são sofríveis, similares ao de Dilma quando estava sob fogo

cerrado da mídia. Embora essa rejeição social generalizada aos que hoje caminham para nos destruir, as forças da esquerda não conseguiram ainda, nem de longe, atrair a atenção para si e muito menos oferecer a esse imenso contingente social uma alternativa, menos ainda uma alternativa que não seja puramente eleitoral, o que pode ser exatamente o que todos estão a esperar.

Estaremos diante de um momento de grande gravidade? Acreditamos que sim! Isso não significa, no entanto, que não há esperança. Junto com a ordem social prestes a ser imposta pelos golpistas e seus asseclas, vamos nascer uma nova geração. Os estudantes secundaristas lideram a reação, ocupam as escolas e as ruas. Irradiam com seu exemplo a energia para o conjunto dos movimentos sociais e graças a eles não é mais possível ignorar que muita gente sabe o que significa a PEC 241 e está disposta a lutar contra ela.

A Fasubra está em greve desde o dia 24 de outubro. O SINASEFE desde o dia 11 de novembro. O Andes-SN indicou às suas bases rodadas de assembleias para discutir também a deflagração de greve por tempo indeterminado.

Todos nós devemos esta luta aos nossos estudantes secundaristas. Precisamos sim denunciar os deputados e senadores que votarem a favor da PEC e das outras medidas do governo Temer, precisamos fazer abaixo-assinados, promover debates em nossas bases, ocupar onde for possível, realizar caravanas à Brasília-DF, enviar e-mails etc. Boa parte disso já são as “novas formas de luta”, daquelas que tanto estamos acostumados a ouvir no momento em que propomos greve, mas nada disso será suficiente se não formos capazes de radicalizar nossa luta, ocupar as ruas e parar o país. Não há esperança fora da construção da ampla unidade dos movimentos sociais. Precisamos construir a unidade na luta com todos, inclusive com os companheiros da CUT, CTB, UGT etc, que estiveram durante todo esse tempo dando suporte ao governo do PT. Precisamos urgentemente construir

uma forte greve geral que obrigue ao governo negociar com as centrais sindicais. Precisamos divulgar e esclarecer ao conjunto da sociedade civil o real significado das medidas de Temer. Precisamos urgentemente de tudo isso, por mais que tudo isso pareça estar longe ainda de nossas forças. De outro lado, temos que ter claro que não há saída individual, não será a mobilização de uma categoria do serviço público, como a base do SINASEFE, por exemplo, que vai demover o governo de suas intenções. Nada menos que o conjunto da educação pública em suas três esferas para derrubar a MPV do Ensino Médio. Nada menos que vários sindicatos do funcionalismo público para pressionar o Senado a votar contra a PEC 55.

Por isso essa nossa nova greve é diferente de todas as outras. Já não lutamos por salário e carreira simplesmente. Nossa prioridade é a pauta política, a discussão com o conjunto da sociedade sobre o país que queremos e defendemos. Construir já um Comando Nacional Unificado com servidores públicos e do setor privado de todas as esferas com uma pauta única de consenso. Construir Comandos Estaduais em todos os estados e Comandos Regionais em todas as regiões.

Não engoliremos tão facilmente Temer e seu Pacote de Maldades! Fora Temer, Meirelles e todos os corruptos e reacionários do Congresso! Nenhum direito a menos! Às ruas, companheiras e companheiros! Nossa hora é agora!

Crime da Samarco em Mariana-MG completa um ano

Milhares de atingidos ainda lutam por seus direitos básicos: moradia, água potável e trabalho são alguns deles.

DIA 5 de novembro de 2015, uma quinta-feira que ficará tristemente marcada na história do Brasil. Foi nesta data que um crime ambiental de trágicas dimensões, um dos maiores já registrados no país, assolou a população de Mariana, distante 90 km da capital de Minas Gerais. O rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, que matou 19 pessoas, aconteceu por volta das 16 horas e destruiu completamente o distrito de Bento Rodrigues com população média de 600 moradores, além de atingir e isolar outras diversas localidades em Paracatu de Baixo, Barra Longa, Acaiaca e Rio Doce. Foram despejados 62 milhões de toneladas de rejeito de minério de ferro contaminados com arsênio, chumbo, mercúrio, entre outros venenos, que atingiram o Rio do Carmo e avançaram pelo Rio Doce em direção ao oceano. Os dados relacionados ao acontecimento, que falam em mais de 50 mil pessoas afetadas diretamente, são limitados para ter a noção exata do impacto que a situação, mesmo após passagem de um ano inteiro, ainda tem na vida da população e na natureza ali presentes.

Os danos causados pelo crime continuam a se aprofundar diante da falta de ações efetivas. Ainda é questionável a qualidade das águas para consumo humano na região, o que obriga a compra de água mineral por parte dos moradores. Desde pequenos canteiros e hortas domésticos até a atividade agropecuária estão prejudicados pela contaminação do solo. E os impactos para os trabalhadores que viviam da pesca, tanto na água doce quanto no oceano, cerca de sete mil famílias, também são sentidos profundamente até hoje.

Além de ter que lidar com todo o transtorno e dor causados pelo rompimento da barragem, a população local ainda enfrenta um problema maior: a impunidade. Mesmo após um ano da tragédia, os responsáveis ainda não foram punidos por seus atos e omissões. Pior que isso: a Samarco Mineração, empresa de propriedade da Vale e BHP Billiton, as duas maiores mineradoras do mundo, está perseguindo (inclusive judicialmente) aqueles que lutam pelo resgate de sua dignidade.

A responsabilização pelo ocorrido não deveria ser tão morosa, especialmente porque dois anos antes do fato o Ministério Público Estadual concluiu que existiam fragilidades na barragem que poderiam levar ao seu colapso. Nada foi feito para impedir a tragédia. Quase nada foi feito para reparação dos danos causados. Para os afetados resta a dura constatação de que a justiça brasileira está a serviço do capital e de seus interesses. Resta também o caminho da luta e da denúncia dos fatos à sociedade e a busca solidária de classe já demonstrada desde o ano passado.

Outro fato questionável nesta situação foi o acordo estabelecido entre governo e as empresas responsáveis. Sem a participação de qualquer representante da sociedade civil organizada e da população afetada, foi fechado um acordo no valor de 20 bilhões de reais, limitando o crime a esta cifra. Além disso, o cronograma estabelecido para o reassentamento das vítimas de Beto Rodrigues, Paracatu de Baixo e Barra Longa prevê novas moradias apenas para o ano de 2019.

O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), que organiza este seg-

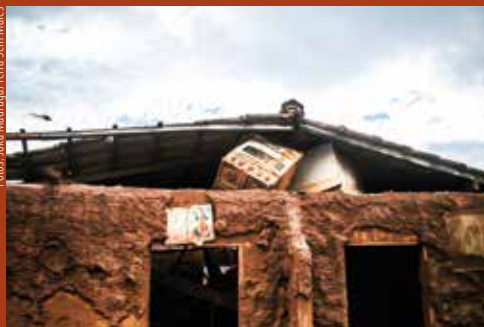


mento em todo Brasil, está apoiando a população desde o rompimento na usina de Fundão e pautando o debate profundo dos fatos em diversas instâncias. No “aniversário” de um ano da tragédia-crime, o MAB utilizou a consigna “Um ano de lama e luta”, promovendo diversas atividades na região, dentre elas uma marcha de Regência-ES até Mariana-MG, seminários e protestos na cidade mineira.

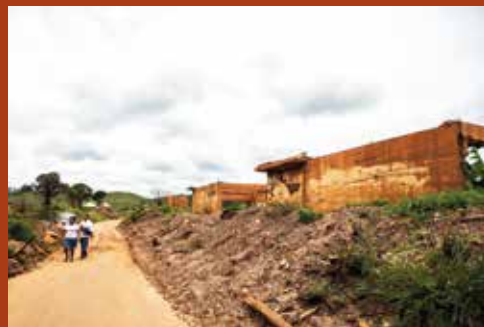
Em sua 138ª PLENA, realizada em 14 e 15 de novembro 2015, o SINASEFE homenageou as vítimas da tragédia da Samarco, além de repudiar a empresa (ir)responsável pelo acontecido. Na ocasião o sindicato destacou: “Não foi um acidente que vitimou tantas famílias na última quinta-feira: foi a negligência de um capitalismo perverso, que coloca o lucro e a reprodução do capital como prioridades diante de vidas humanas. Que a Samarco indenize as vítimas, reconstrua as moradias e arque com o prejuízo que ela causou! Que os responsáveis sejam julgados com rigor por seus crimes e arquem com a dor que eles causaram!”.

As fotos utilizadas nesta matéria foram produzidas pelo fotógrafo Joka Madruga, idealizador do projeto de jornalismo independente Terra Sem Males, cuja missão é dar voz e visibilidade às populações e povos que são deixadas de lado pelos donos da mídia convencional e atuar na defesa dos direitos humanos e dos trabalhadores. O projeto aposta na produção de reportagens, sob o ponto de vista dos trabalhadores, com a valorização das imagens como fonte de informação. Conheça melhor o trabalho (e confira o material especial a respeito de Mariana-MG produzido pela equipe) no website www.terrasememales.com.br.

Fotos: Joka Madruga/Terra Sem Males



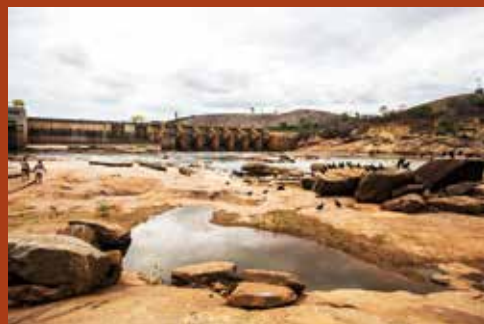
Distrito de Bento Rodrigues, de Mariana-MG, que foi arrasado pela lama da Samarco em 5 de novembro de 2015



Distrito de Bento Rodrigues, de Mariana-MG, que foi arrasado pela lama da Samarco em 5 de novembro de 2015



Distrito de Bento Rodrigues, de Mariana-MG, que foi arrasado pela lama da Samarco em 5 de novembro de 2015



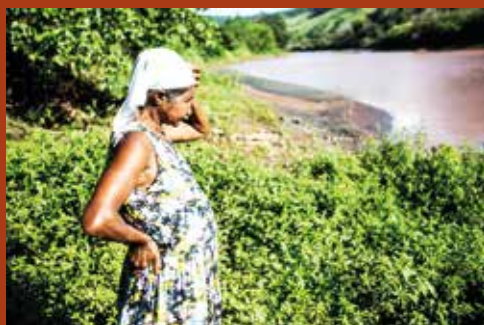
Rio Doce na Usina de Mascarenhas, onde o povo sofre com a falta de água e os pescadores sofrem com o desemprego, depois que a lama da Samarco chegou



Distrito de Paracatu de Baixo, em Mariana-MG, que foi arrasado pela lama da Samarco em 5 de novembro de 2015



Dona Maria Antonia de Cahoeira Escura-MG que acumula água que busca numa bica, já que a Samarco não fornece mais água potável no distrito



Dona Tina, de Santana do Deserto-MG, que não pode mais pescar e nem regar sua horta, que ajudava na sua subsistência



A tragédia-crime de Mariana mobilizou centenas de voluntários da região central de Minas que apoiaram as famílias atingidas de diversas formas. Este trabalho foi fundamental, especialmente diante da dimensão catastrófica do acontecimento e da falta de estrutura governamental para lidar com a situação. A assistente social Estelamaris Borges, também dirigente do Sinasefe IFMG, integrou o grupo que prestou os primeiros cuidados às famílias afetadas, e compartilha sua história.



Estelamaris Borges, assistente social do IFMG

Informativo SINASEFE: Como você recebeu a notícia da tragédia?

Estelamaris: Eu estava no trabalho [campus Ouro Preto do IFMG] e em menos de 15 minutos do rompimento eu recebi a notícia, por WhatsApp, de que uma da barragem de rejeitos da Samarco tinha rompido e que a lama estava invadindo a casa das pessoas do povoado que ficava bem abaixo da Barragem [povoado de Bento Rodrigues]. Eu ainda não imaginava a gravidade do que tinha acontecido. Não imaginava que a lama estava solapando e destruindo todas as casas do vilarejo, e levando as vidas junto com ela. Quando cheguei em casa, verifiquei no Facebook milhares de pedidos de ajuda. As famílias atingidas haviam perdido tudo e seriam encaminhadas naquela noite pra Arena, que é um ginásio, uma quadra bem grande, no município de Mariana. Na Arena estavam recebendo doação de roupas, alimentos, água, fraldas, sapatos, material de

higiene. Nesse momento me dei conta da gravidade do que havia acontecido em Bento. Em torno das 22 horas eu contatei uma colega, a Sara, que é de Mariana, também assistente social e da base do Andes-SN, que conheci durante a greve de 2015. Ela me informou que estavam precisando de profissionais para dar suporte no acolhimento as famílias. Foi quando sai de casa e me dirigi para lá. Lembro-me de ainda passar em uma república de estudantes em Ouro Preto e recolher algumas doações. Cheguei na Arena por volta das 23 horas e o local estava repleto de voluntários (enfermeiros, psicólogos, cozinheiros, cuidadores de crianças etc) e de doações, e a cada momento chegavam mais coisas. Os voluntários separavam as roupas por tamanho, os materiais de higiene, fraldas, sapatos e brinquedos. A imprensa também estava lá, desde as grandes redes até as menores, mas as famílias ainda não tinham chegado. Recebi

uma identificação, prancheta, papel e caneta. Em poucas horas os grupos estavam organizados e prontos para receber as famílias vitimadas pelo crime da Samarco.

Informativo SINASEFE: E a chegada das famílias, a sua participação no atendimento, como foi?

Estelamaris: O acolhimento foi feito ali mesmo, no pátio da Arena. A Secretária de Assistência Social da prefeitura de Mariana organizou tudo e conseguiu dar uma funcionalidade pro espaço, fazer tudo funcionar minimamente pro acolhimento. Por volta da 1 hora da manhã as famílias começaram a chegar, foi feito um cordão de isolamento e as pessoas entravam por trás da Arena, no ônibus. Ainda assim, mesmo com o cordão, muitas pessoas, dentre curiosos, jornalistas e familiares das vítimas, se amontoavam em torno dos ônibus que traziam as famílias, em busca de encontrar parentes,

informações ou uma notícia. Nós tentávamos afastá-los, pra garantir aquele primeiro atendimento àqueles pessoas. Alguns chegavam ainda com muita lama no corpo, chorando. Haviam pessoas passando mal, com a pressão alta. Eram crianças, idosos, pais, mães e até animais. Eu e a Sara conversávamos com as pessoas, anotando os seus nomes e sobrenomes. Perguntávamos ainda se eles procuravam por algum familiar desaparecido e se sentiam alguma dor específica. Depois disso encaminhávamos para as equipes responsáveis. Tinha Samu, equipe de banho, de enfermagem, de alimentação etc. Todos organizados pra recebê-los. As famílias estavam desesperadas, nossa tentativa era acalmá-las. Eles queriam contar tudo que havia acontecido, o que tinham vivido e perdido. Algumas pessoas comentavam preocupadas sobre grupos de parentes que subiram num morro e estavam ilhados lá do alto. Ficamos recebendo os ônibus que chegavam, primeiro de Bento e depois de Paracatu, isso foi até umas 4 horas da manhã. Foram montadas mais de 300 camas na Arena, neste horário as pessoas já estavam processando melhor os acontecimentos e se acalmando mais. Diminuímos a iluminação, os voluntários da montagem e banho foram se retirando e com a diminuição do barulho as famílias tiveram um momento mínimo de descanso.

Informativo SINASEFE: Como a equipe lidou com as informações sobre desaparecidos? E o direcionamento das famílias pós-acolhimento?

Estelamaris: Passado o atendimento inicial, as assistentes sociais da prefeitura foram digitalizar as informações colhidas e buscar organizar os nomes das famílias recebidas e associar com os nomes que estavam sendo procurados. Retornei a Ouro Preto e trabalhei durante a sexta-feira (06/11), quando voltei a Mariana, por volta das 17 horas, as famílias já estavam recebendo kits básicos

(roupas, material de limpeza, fraldas, brinquedos) e se dirigindo para casas de parentes que residiam na cidade.

Informativo SINASEFE: Como foi a reação da população local?

Estelamaris: No sábado (07/11) começaram a ocorrer manifestações, o sindicato Metabase, que representa os trabalhadores de mineração e metalurgia aqui da região foi para a porta da prefeitura e da Samarco para exigir respostas. Eu participei de uma manifestação destas também. O pior foi o movimento de alguns moradores, em especial comerciantes e políticos, em defesa da Samarco, com argumentos do tipo “a Samarco gera empregos, movimentando a economia local”. Era o “Fica Samarco”. Os dois movimentos foram simultâneos, de denúncia e de defesa.

Informativo SINASEFE: Na sua opinião, estamos falando de um acidente ou de um crime, algo que poderia ser evitado?

Estelamaris: Na minha opinião podemos e devemos chamar de crime. A barragem da Mina de Fundão já apresentava uma rachadura e a Samarco estava notificada disto. Ela poderia ter feito a coleta dos rejeitos de forma mais segura para os trabalhadores e para a população, mas essa era a forma mais cara também, e eles optaram por não fazer. Eles culpam a população, dizendo que fizeram propostas para compra das casas em Bento, e os moradores que não aceitaram sair dali. Penso que a Samarco era quem tinha de dar conta de manter sua barragem segura, dar garantias de que a população não seria afetada com a extração do minério na região, bem como os trabalhadores da empresa. Infelizmente a busca pelo lucro no capitalismo ignora tudo que não lhe dê retorno financeiro direto nos processos de produção. A Samarco optou por não investir na forma de coleta dos rejeitos mais adequada para segurança das pessoas. Na tarde do rompimento não soou nenhum alarme; os moradores de Bento Rodrigues ficaram sabendo

do mar de lama que se aproximava através de vizinhos ou familiares que trabalhavam na barragem e ligaram para avisar ou ouvindo os gritos de outros moradores que percorreram o local, tentando alertar da necessidade urgente de todos se retirarem dali. A população de Paracatu de Baixo foi avisada pelos bombeiros (não pela empresa) apenas uma hora antes da lama chegar ao local. O que você tenta salvar sabendo que só terá uma hora pra ter tudo que é seu coberto de lama? A negligência da empresa fica evidente não apenas na falta total de um plano de emergência, mas também na falta de uma resposta imediata às comunidades mais próximas. Quase todas as casas foram soterradas pela lama da Samarco em ambas as comunidades, e com elas 200 anos de história de um povo que testemunhou o Ciclo do Ouro, o desenvolvimento da mineração e do capitalismo no Brasil.

Informativo SINASEFE: A tragédia-crime está completando um ano neste mês de novembro, qual é a realidade da região hoje?

Estelamaris: A população, os trabalhadores e o Vale do Rio Doce foram atingidos de forma letal, as pessoas perderam suas casas e suas vidas e até hoje, um ano depois, a Samarco não foi devidamente responsabilizada. A lama ainda toma tudo por lá e pouco se fala sobre o crime que ocorreu. Tudo que aquelas famílias perderam não voltará mais, suas histórias, seus familiares, suas vidas, enquanto isto as mineradoras continuam lucrando. Um crime como esse é mais uma clara mostra de como todas as formas de vida estão submetidas à exploração e ao lucro nesse sistema maldito. O padrão de produção capitalista é injusto, é cruel, é assassino e só a ruptura com esse sistema poderá garantir a emancipação do ser humano, em harmonia com a natureza. É necessário muita força na luta contra a barbárie do capital. Para o povo trabalhador, a alternativa é lutar ou morrer. Temos que inverter essa lógica. Morte ao capital!

Rede Federal entra em greve para barrar ataques de Temer

Bases do SINASEFE aprovaram greve por tempo indeterminado na 145ª PLENA. Movimento paredista teve início em 11 de novembro.

NÃO VIVEMOS tempos fáceis. Sabemos o quanto estamos sendo atacados em nossos direitos, tanto que realizamos duras greves nos últimos dois anos. E aqueles ataques que em 2014 e 2015 já eram graves – e que ainda persistem – se intensificaram com a tomada de poder por Temer.

Diante disso, não nos restou alternativa que não fosse a de seguir na luta, intensificando a nossa mobilização e utilizando nosso instrumento de maior potencial de pressão: a greve.

Após assembleias das seções sindicais do SINASEFE por todo o Brasil, as quais consultaram suas bases sobre a necessidade de paralisação nacional, a 145ª Plenária Nacional aprovou por ampla maioria (75 votos a favor e apenas seis contrários, com 11 abstenções) a deflagração da 17ª greve da nossa história, que começou no último dia 11 de novembro. Esse novo movimento paredista, que paralisa as atividades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica por tempo indeterminado, visa conter a ofensiva neoliberal e privatizante do governo Temer e também avançar nas reivindicações históricas da categoria.



Nem a ameaça de corte de ponto recentemente debatida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foi capaz de frear a luta dos trabalhadores pela manutenção de direitos conquistados após tantas lutas. Nosso sindicato representa uma base valente e também consequente, sabedora de seus direitos constitucionais e da necessidade de lutar em defesa da Educação Pública e da classe trabalhadora neste momento de ascensão do conservadorismo no país.

A greve possui nove eixos de reivindicações e não defende unicamente os trabalhadores da nossa categoria: é uma greve pelo Brasil; pela manutenção do Estado de Direito e contra a sua liquidação; pelo direito da população – principalmente da parcela mais pobre – aos serviços públicos essenciais que ela precisa, como saúde, educação e segurança.

A nossa greve é contra os Projetos de Lei do movimento “Escola Sem Partido”

Os PLs do “Escola Sem Partido” na Câmara (867/2015) e no Senado (193/2016) trazem em seus textos elementos de censura e retrocesso ao ambiente educacional e ao próprio desenvolvimento científico. Na prática, o “Escola Sem Partido” visa construir, ao longo de gerações, uma escola de partido único, que apologize o modus vivendi liberal, conservador, concorrencial, mesquinho e burguês.

Em alguns estados e municípios cópias desses projetos que tramitam no Congresso Nacional chegaram a ser aprovadas em casas legislativas e vários educadores estão passando por perseguições e assédios dos defensores do “Escola Sem Partido”. O SINASEFE e a Frente Nacional Escola Sem Mordaça já estão em luta na defesa desses educadores e também na etapa de construção de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade às leis que foram aprovadas – o Ministério Público Federal, por meio de sua Procuradoria dos Direitos do Cidadão, já afirmou que o “Escola Sem Partido” trata-se de um PL inconstitucional.

Tanto o nosso website quanto o nosso Informativo nº 1 têm mais informações sobre o “Escola Sem Partido” e a Frente Escola Sem Mordaça.

A nossa greve é contra a Reforma do Ensino Médio proposta por Temer

Entendemos que a modernização da Educação e de sua estrutura é um projeto necessário, tanto para corrigir erros quanto para adequar a escola às novas tecnologias e práticas. Mas esse projeto deve ser construído de maneira coletiva, a partir da experiência da sala de aula e com a ampla participação de educadores e estudantes.

A reforma de Michel Temer e Mendonça Filho, a partir da Medida Provisória 746/2016, não debateu nada com ninguém: nem os profissionais, nem



os estudantes, nem a sociedade foram ouvidos. Além disso, trata-se de uma tentativa de mudança extremamente equivocada, que elimina disciplinas sem nenhum critério (apenas por preconceito dos formuladores da MPV), exclui o potencial de aprendizado e deforma o perfil do estudante.

Em nosso website há duas notas lançadas pela Direção Nacional (DN) com conteúdo específico sobre esta Reforma de Michel Temer.

A nossa greve é contra a Reforma da Previdência

Mais um ataque à previdência pública está em curso, dessa vez orquestrado por Michel Temer e seus asseclas. A nova reforma previdenciária ainda está em debate pelo Ministério da Fazenda – excluir o Ministério da Previdência Social foi uma estratégia adotada para formular o projeto sem um referencial

técnico adequado –, mas já existe admissão por parte do governo de que os trabalhadores perderão direitos.

Teremos que trabalhar mais, contribuir mais e receber menos. A idade mínima para aposentadoria e o tempo de contribuição irão aumentar. A alíquota sobre os salários também irá aumentar. E o teto previdenciário será rebaixado, obrigando os trabalhadores à busca por planos privados de complementação previdenciária.

Todo o falseamento de sempre já foi levantado e é repetido exaustivamente pela imprensa: que a previdência social é deficitária e de que o seu suposto rombo é o grande vilão das contas públicas que impede o crescimento econômico do país.

Vamos, de novo, lutar contra a perda das nossas aposentadorias e a nossa greve é, também, para barrar mais esse ataque!

A nossa greve é contra a Reforma Trabalhista

Muitos ainda lembram de um hoax que circulava anos atrás por listas de e-mails, afirmando que o Congresso Nacional aprovara o fim do 13º salário e de outros direitos dos trabalhadores. Era mentira. E se tratava de notícia tão absurda e estapafúrdia que gerava risos.

Pois parece que, após o golpe de estado, os pudores dos nossos congressistas foram dizimados e eles se propõem a discutir, sob bênçãos de Temer e dos grandes empresários, a "modernização" das leis trabalhistas – um eufemismo para o assassinato da CLT e dos direitos dos trabalhadores.

Aquele pesadelo desenhado nos e-mails da década passada sobre o fim dos direitos trabalhistas pode se concretizar caso não haja luta de todos os trabalhadores contra a proposta de reforma que Temer está desenhando com Sesi, Senai, CNI etc.

Direitos consagrados como 13º salário, férias, FGTS e muitos outros correm risco real de morte. Podemos assistir um retrocesso sem precedentes nas condições de trabalho no país caso esse projeto passe. Nossa greve vai lutar contra essa reforma perversa da burguesia e se juntar, ombro a ombro, com todas as entidades classistas, estudantis e de movimentos sociais e populares que se dispuserem a fazer o mesmo.

A nossa greve é contra as terceirizações

A terceirização apenas serve para



precarizar a vida dos trabalhadores. O empregado terceirizado trabalha mais e recebe menos, além de sofrer – principalmente dentro do serviço público – com atrasos salariais e cortes de direitos.

O SINASEFE é contra todas as formas de terceirização, tanto das atividades-meio quanto das atividades-fim. Em greves anteriores, como a de 2012, debatemos as terceirizações em nossa Rede Federal e conquistamos um Grupo de Trabalho (GT) junto ao Ministério da Educação (MEC) para mensurar o tamanho delas e buscar alternativas contra sua expansão e contra a precarização que a mesma promove. Infelizmente o GT foi mais um dos que terminou sem resultados, assim como todos os outros do acordo de greve daquele ano.

A nossa greve é pelo cumprimento dos acordos anteriormente firmados

As greves de 2014 e de 2015 frisarão, com muita propriedade, que as reivindicações colocadas em pauta por aqueles movimentos paredistas eram frutos de acordos de greve firmados e não cumpridos por parte do governo – principalmente os pontos referentes ao acordo de 2012.

Itens como o fim das terceirizações, a racionalização dos cargos do PCCTAE, as aberturas de janelas para migração de uma carreira para outra (principalmente nos casos dos técnico-administrativos do PGPE e dos professores do EBF), o dimensionamento da força de trabalho, o reposicionamento de aposentados, a democratização nas instituições de ensino etc seguem como demandas presentes no dia a dia da categoria e que foram simplesmente ignoradas pelo governo.

Nosso novo movimento paredista reivindicará o cumprimento desses acordos, assim como lutará pela universalização da jornada de 30 horas para os técnicos, pelo Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para todos e outros quesitos levantados nas pautas das últimas greves do SINASEFE.

A nossa greve é pela auditoria da dívida pública com participação popular

Não é o investimento em educação e saúde que consome a maior parte do orçamento da União. Esses dois serviços essenciais, juntos, representam menos de 8% do total anual de despesas.

Nem é a previdência social que consome tantos recursos do Estado, sendo ela tão acusada de ser a grande vilã do orçamento e frequentemente vítima de reformas que a mutilam e descharacterizam o seu aspecto solidário e de amparadora do trabalhador que se retira do serviço devido sua condição de velhice. Nossa previdência consome cerca de 22% do orçamento (e ainda arrecada muito mais do que isso).

O maior percentual dos recursos do país, cerca de 45%, vai justamente para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, a qual quanto mais se paga, mais se deve. E o pior: ninguém sabe e/ou diz a quem se deve e o porquê de se dever; e continuamos pagando, não recebendo nada em troca, e devendo ainda mais a cada ano. É uma conta que não fecha e indica claramente a existência de um grande sistema de corrupção no país, sustentado pelo governo atual e também pelos anteriores.

Somente uma auditoria da dívida pode apontar uma saída para a crise fiscal e permitir que o país possa, en-

fim, investir em gastos sociais e melhorar a qualidade de vida da população.

A nossa greve é contra o PLC 54/2016 (antigo PLP 257/2016)

Já aprovado na Câmara (em 09/08, com 282 votos favoráveis e 140 contrários) e atualmente nas mãos dos senadores, o PLC 54 traz um conjunto de medidas que atingem os servidores públicos federais, estaduais e municipais, como congelamento de salários e não concessão de vantagens e direitos. A proposição foi apresentada ainda no governo Dilma como integrante do pacote de medidas do seu ajuste fiscal, que tem continuidade e intensificação no governo Temer.

A DN do SINASEFE lançou, em abril deste ano, uma nota detalhada contra os ataques contidos no PLP 257, a qual pode ser consultada em nosso website.

A nossa greve é contra a PEC 55/2016 (antiga PEC 241/2016)

Também conhecida como “PEC do Fim do Mundo” e “PEC da Morte”, esse projeto – se aprovado – pode representar a maior derrota do movimento sindical desde os anos de 1930. Essa PEC pretende congelar os gastos e o orçamento da União por 20 anos, permitindo reajustes apenas até o limite da inflação do ano anterior.

Isso representará congelamentos de salários dos servidores, sucateamento do patrimônio e de toda a in-

Eixos da Greve 2016

- Contra os Projetos “Escola Sem Partido”
- Contra a Reforma do Ensino Médio
- Contra a Reforma da Previdência
- Contra a Reforma Trabalhista
- Contra as terceirizações
- Pelo cumprimento dos Acordos de Greve anteriores
- Pela Auditoria da Dívida Pública com participação popular
- Contra o PLC 54/2016 (antigo PLP 257/2016)
- Contra a PEC 55/2016 (antiga PEC 241/2016)

fraestrutura do Estado, impedimento da concessão de direitos previstos em leis e planos de carreiras (tendo em vista que uma emenda constitucional é hierarquicamente superior em relação a uma lei ordinária) e até mesmo numa futura inviabilização do funcionamento dos serviços públicos – que mesmo nos dias atuais, sem o congelamento, funcionam em condições precárias.

Assim como o PLP 257, a PEC 241 já foi aprovada pela Câmara em dois turnos (nos dias 10 e 25/10) e está no Senado com prioridade de tramitação, devendo ir ao plenário nos dias 28/11 (primeiro turno) e 13/12 (segundo turno).

A DN do SINASEFE publicou uma nota detalhada sobre os ataques desse projeto, que está disponível em nosso site. O vídeo do debate da 143ª PLENA sobre a PEC 241 e o vídeo produzido pela CND como deliberação desta mesma Plenária podem ser vistos em nosso canal do YouTube.

A nossa greve é pra valer e precisa da sua mobilização e engajamento!

Sabemos que uma greve é um processo cansativo e doloroso, mas este instrumento se faz necessário no momento – talvez mais do que nunca. Estamos em greve agora para não deixar de existir no decorrer dos próximos 20 anos.

As ocupações estudantis que explodiram em outubro levantaram uma onda e nós estamos com a responsabilidade de dar continuidade e apoio a esta luta iniciada pelos discentes em defesa dos serviços públicos e da Educação gratuita de boa qualidade.

Vamos à unidade com outros sindicatos e com estudantes no enfrentamento dos ataques deste governo contra o conjunto da classe trabalhadora. Vamos expandir essa unidade e leva-la às ruas, aos movimentos sociais e populares. Vamos transformar essa onda em tsunami e derrotar o governo e o projeto da burguesia brasileira em ampliar seus lucros e jogar a conta da crise sobre nossas costas.

À greve e à luta. Fora Temer!

Greves do SINASEFE

■ **Greve 1989 - governo Sarney**

66 dias (08/05 a 13/07/1989)

Professores e técnico-administrativos de 42 IFEs

■ **Greve 1991 - governo Collor**

107 dias (05/06 a 20/09/1991)

Professores e técnico-administrativos de 45 IFEs

■ **Greve 1993 - governo Itamar**

31 dias (13/05 a 14/06/1993)

Professores e técnico-administrativos de 23 IFEs

■ **Greve 1994 - governo Itamar**

50 dias (19/04 a 08/06/1994)

Professores e técnico-administrativos de 38 IFEs e 23 seções sindicais

■ **Greve 1995 - governo FHC**

23 dias (09/05 a 31/05/1995)

Cerca de 15 mil servidores das IFEs

■ **Greve 1996 - governo FHC**

56 dias (16/04 a 20/06/1996)

Professores e técnico-administrativos de 45 IFEs

■ **Greve 1998 - governo FHC**

104 dias (31/03 a 13/07/1998)

Professores e técnico-administrativos de 51 IFEs

■ **Greve 2000 - governo FHC**

87 dias (24/05 a 18/08/2000)

Professores e técnico-administrativos de 31 IFEs

■ **Greve 2001 - governo FHC**

109 dias (21/08 a 07/12/2001)

Professores e técnico-administrativos de 52 IFEs

■ **Greve 2003 - governo Lula**

59 dias (08/07 a 04/09/2003)

Professores e técnico-administrativos de 35 IFEs e 33 seções sindicais

■ **Greve 2005 - governo Lula**

91 dias (29/08 a 30/11/2005)

Professores e técnico-administrativos de 40 IFEs e 37 seções sindicais

■ **Greve 2006 - governo Lula**

48 dias (17/05 a 02/07/2006)

Professores e técnico-administrativos de 43 seções sindicais

■ **Greve 2011 - governo Dilma**

88 dias (29/07 a 24/10/2011)

Professores e técnico-administrativos de 63 seções sindicais

■ **Greve 2012 - governo Dilma**

89 dias (13/06 a 10/09/2012)

Professores e técnico-administrativos de 71 seções sindicais

■ **Greve 2014 - governo Dilma**

81 dias (21/04 a 10/07/2014)

Professores e técnico-administrativos de 37 seções sindicais

■ **Greve 2015 - governo Dilma**

125 dias (13/07 a 14/11/2015)

Professores e técnico-administrativos de 57 seções sindicais

■ **Greve 2016 - governo Temer**

Início em 11/11/2016

SINASEFE 28 anos: uma vida de desafios pela frente!

COMPLETAR ANOS e somar aniversários pode não ser tão animador para alguns. Quando falamos de pessoas essa ocasião nem sempre é bem recebida. Controversos balanços pessoais, projetos inacabados e desejos reprimidos acabam ofuscando a alegria de selar passagem de 365 dias.

No entanto, isto não se aplica às organizações, em especial às organizações com objetivos coletivos como um sindicato. Temos diversos motivos para saudar este 28º ano de existência e história de sindicato nacional. Um aniversário que já está marcado pela deflagração da 17ª greve do SINASEFE.

O movimento paredista não nos traz alegria, não é animador e revigorante deflagrar mais uma greve. Entretanto, este se confirma novamente como o único caminho a seguir diante de uma realidade de ataques contínuos à vida dos trabalhadores.

A dimensão catastrófica dos ataques aos nossos direitos, outrora conquis-



tados sob sangue, suor e lágrimas, se torna cada dia mais assustadora. Resistir apenas não é mais suficiente, o momento exige uma ofensiva de toda classe trabalhadora, massacrada por este (des)governo golpista.

Conscientes que estamos dos desafios que teremos pela frente, reafirmamos que a celebração dos 28 anos de existência do SINASEFE se dará sob muita luta e enfrentamento. Nada mais pertinente quando falamos de um sindicato combativo.

E é mesmo diante de uma conjuntura tão desfavorável aos trabalhadores,

que refazemos nosso convite aos sindicalizados e sindicalizadas: celebremos nossa força coletiva, nossa resistência e nossa disposição de permanecer lutando. Façamos das lembranças destes 28 anos o combustível para os que ainda temos pela frente.

Nossa história é a história de cada trabalhador e trabalhadora que trilha o caminho da luta em defesa de seus direitos. Sigamos neste caminho, árduo sem dúvidas, cheio de desafios, como a própria vida já é. Sigamos escrevendo coletivamente uma história de combatividade e luta, muita luta mesmo.





#ocupatudo #PrimaveraSecunda

O mês de outubro foi marcado pela chamada primavera secundarista, com a instalação e o aumento de milhares de ocupações estudantis por todo Brasil. Lutando contra a PEC 241, do congelamento, e a MPV 746, da Reforma do Ensino Médio, os estudantes ocuparam as escolas denunciando os ataques do governo golpista e a

precarização das instituições. O SINASEFE manifesta seu apoio às ocupações e se coloca ao lado dos estudantes nesta mobilização, que também inclui a comunidade da Rede Federal. Mais de 30 institutos tiveram unidades ocupadas e o número é crescente, mesmo diante da repressão e ofensiva dos setores mais atrasados.

Luta contra a PEC 241 e PL Escola Sem Partido

As mobilizações contra a PEC 241, agora PEC 55 no Senado, e contra os PLs que propõem o “Escola Sem Partido” também foram destaques em outubro. Envolvendo trabalhadores, estudantes e movimentos sociais, estas lutas ficaram marcadas em algumas datas específicas. Dia 5 de outubro diversas categorias de trabalhadores e estudantes foram às ruas em defesa de seus direitos, denunciando o desmonte do estado promovido pelo governo golpista e a tentativa de amordçar os educadores com a

aprovação de leis autoritárias. Nos dias 24 e 25 centenas de atividades denunciaram o ataque aprovado pelos parlamentares contra a classe trabalhadora: paralisações, atos, debates, panfletagens, caminhadas e fechamento de estradas levaram às ruas o debate da PEC do Fim do Mundo. O SINASEFE organizou e participou de diversas mobilizações. Em Brasília-DF mais de 3 mil pessoas marcharam pelas ruas da capital denunciando as atrocidades promovidas pelo congelamento previsto na PEC.



Encontro Regional Sul do SINASEFE

Realizado entre os dias 21 e 23 de outubro, na cidade de Pelotas-RS, o Encontro Regional Sul do SINASEFE teve como objetivo promover a formação política e sindical das bases da região, além da aproximação e o intercâmbio entre as seções. Diante da difícil conjuntura enfrentada pelos trabalhadores da educação e pela sociedade brasileira, o evento teve como elemento norteador das discussões “O desmonte do estado e os ataques à Educação e aos trabalhadores”



Imprensa Sindical

A Assessoria de Comunicação do SINASEFE participou, entre os dias 13 e 15 de outubro, do 4º Seminário Unificado de Comunicação Sindical e do 2º Encontro Nacional de Jornalistas Sindicais, realizados em Curitiba-PR. Os eventos, além de oportunizar a formação e qualificação, proporcionaram a troca de

experiências e informações entre os profissionais de várias entidades. A partir destes debates sugestões de melhorias na comunicação do sindicato foram entregues à Direção Nacional pelos jornalistas. O relato da participação e as propostas estão disponíveis na seção imprensa do nosso site.



145ª PLENA

Nossa 145ª PLENA foi realizada no San Marco Hotel, em Brasília-DF, nos dias 5 e 6 de novembro, contando com a presença de 108 delegados e 58 observadores – uma das maiores Plenárias Nacionais do nosso Sindicato. O fórum teve como destaques o debate sobre conjuntura e a aprovação da 17ª greve da história do SINASEFE, deflagrada em âmbito nacional no último dia 11 de novembro.